



Póvoa de Varzim

CÂMARA MUNICIPAL

# SIGLAS POVEIRAS



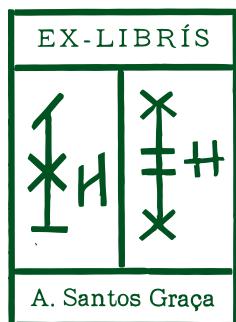
Museu  
Municipal  
Póvoa de Varzim



Atualmente, na cidade da Póvoa de Varzim, é comum encontrarmos placas toponímicas, apoios de praia e outros equipamentos urbanos ornamentados com

símbolos retilíneos. Estes sinais, cujo significado escapa ao visitante menos informado sobre as tradições locais, são denominados “siglas” ou “marcas”. Nos nossos

dias eles estão desprovidos de qualquer função prática e a sua aplicação decorativa é somente um reflexo do orgulho dos poveiros nas suas raízes e herança cultural.



Ex-libris. António Santos Graça. 1942



Placa Toponímia. Largo Elísio da Nova. Esmalte. Pintor: Nando. Séc. XXI

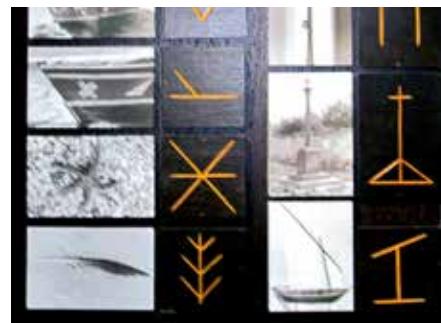
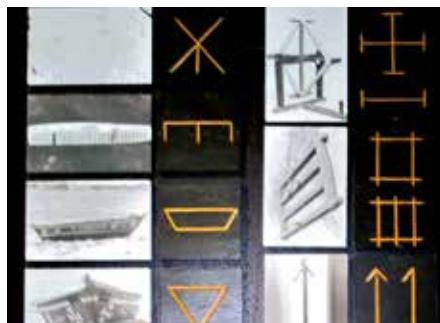
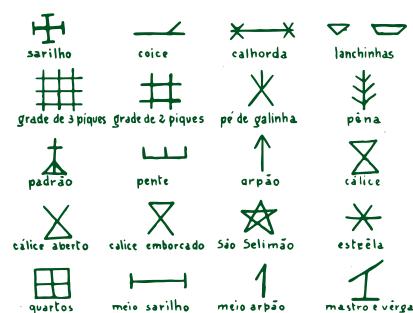


Porta de garagem. Rua António Graça. Metal recortado. Séc. XXI

A designação sigla ou marca aplica-se, aqui, a símbolos gráficos estilizados, inspirados por referências visuais do dia-a-dia: animais, plantas, barcos e objetos vários.

Para os leigos estes são sinais sem sentido, mas para os seus criadores todas as linhas tinham um propósito e resultavam de uma opção refletida, começando pela adoção

do traçado retilíneo que os caracterizam, facto diretamente associado à maior facilidade de marcação das peças com faca ou canivete.



A aplicação das siglas dá-nos, desde logo, um indício claro sobre o grande sentido prático que lhe está subjacente. Para o compreendermos há a considerar a

coexistência de milhares de pescadores a conviverem num espaço limitado, partilhando muitas áreas comuns, como o areal, espaço vital para secarem os seus

inúmeros aparelhos e aprestos marítimos, todos eles muito similares (o mesmo material, as mesmas medidas, as mesmas técnicas de fabrico).



Póvoa de Varzim. Chegada dos Barcos. Bilhete Postal. Col. MMEHPV. BP-11 - c.1900

Este quadro colocava o problema do reconhecimento da propriedade de cada peça. É essa a questão central que fica resolvida com a adoção do sistema de siglas ou marcas familiares. Trata-se, portanto, de um código de identificação de

posse aplicado quer aos elementos soltos dos barcos quer aos vários apetrechos de pesca, desde o maior dos lemes até à mais pequena agulha de redes. Em algumas circunstâncias, também peças de roupa e outros objetos de uso pessoal

eram marcados, nomeadamente aqueles que seriam usados em espaços comuns. O sucesso deste sistema está dependente de algumas premissas básicas. Regras simples que os usos e costumes definiram como normas de conduta para a coletividade.



Também em momentos solenes o pescador recorria à sigla para assinalar a sua presença. Nas cerimónias de batizado e casamento era normal grava-la no arcaz de sacristia, como acontecia quer na antiga igreja matriz, demolida em 1910<sup>3</sup>, quer na nova, inaugurada em 1757. Santos Graça refere que na primeira havia milhares de marcas entalhadas, mas, infelizmente, essa peça perdeu-se. Na matriz atual ainda é possível admirar a multitude de siglas aí deixadas pelos pescadores, ao longo dos tempos.

<sup>1</sup> Colmeia - designação utilizada por Santos Graça para se referir à Classe Piscatória e através da qual pretendia realçar o forte sentimento de unidade e vivência coletiva

<sup>2</sup> Meeiros – termo usado para nomear os homens que levavam ao mar redes que não eram suas, auferindo metade do rendimento que cabia a esses aparelhos de pesca.

<sup>3</sup> O templo que serviu de matriz até 1757 ficou, após essa data, associado à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia. Essa construção foi demolida em 1910, tendo sido então construída a atual igreja da Misericórdia



Fora da terra os poveiros deixavam igualmente as suas marcas. Aquando das suas peregrinações e visitas aos templos da sua devoção gravavam-nas nas portas, janelas ou caixas

de esmolas. Com isto pretendiam registar a sua passagem, facto especialmente relevante quando o pescador em causa era responsável pelo cumprimento de uma promessa

em nome da “companha” (tripulação). Neste enquadramento haverá ainda a considerar a utilização das marcas com um sentido mágico de proteção junto da divindade.



Capela de N. Senhora da Bonança de Fão, Esposende. Porta com siglas. Col. MMEHPV.



Capela de Sta. Tecla. A Guarda, Pontevedra, Galiza, Espanha. Porta com siglas. A. Santos Graça, 1932.

*Para de Varzim e sala das sessões em 7 de Março de 1917.*  
*Joãoquim Fran.º de Castro Lazera*  
*Jenacio Pereira Da Silva*  
*Soal Pereira Da Silva Braga*  
*2.º vogal: [X] cargo António do Santo Graça*  
*4.º [X] cargo Miguel Francisco Marques*  
*Manoel Francisco Marques*

Livro de Atas da Direção da Associação “A Marítima” (1906-1936). Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim - PT/AMPV/PVz/MRTM/A.01 (L.v.01)

O uso das siglas no livro de Atas da Direção de “A Marítima” (fundada em 1906) é referida por Santos Graça como forma de assinatura por parte dos pescadores que não sabiam ler. A última inscrição deste género data de 1917, sendo, a partir daí, para as mesmas situações, usada exclusivamente a assinatura a rogo. Levanta-se a questão de saber até que ponto esta utilização não resultaria da influência de grande etnógrafo, figura protetora e muito presente na história da associação.

# Transmissão Geracional

Uma vertente essencial deste processo é a do domínio da chave que permite a decodificação do sistema. Aquilo que não passavam de símbolos enigmáticos para as pessoas de fora da classe eram, pelo contrário, plenamente entendidos pelos

homens e mulheres do mar, os únicos inteiramente conscientes do seu significado e regras conceptuais subjacentes que definiam os vários aspetos do sistema, nomeadamente a forma de leitura e a gestão da transmissão das marcas.

Pae	1º FILHO	2º FILHO	3º FILHO	4º FILHO	FILHO MAIS NOVO: HERDEIRO
					
					
					
					

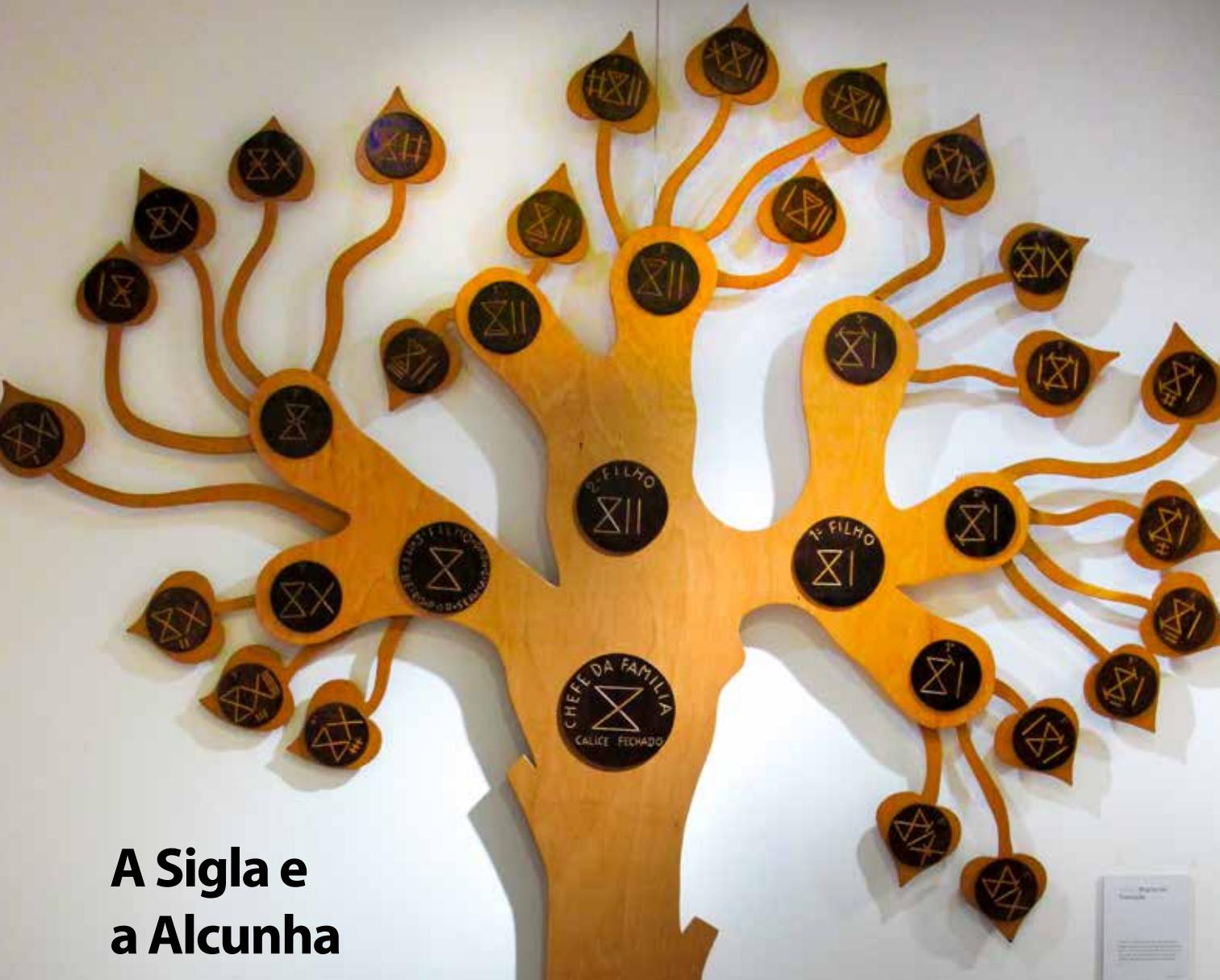
REGRAS USADAS PELOS DESCENDENTES

António Santos Graça – O Poveiro. 1932, p. 30.

Na passagem à geração seguinte, à marca do pai, cada filho acrescentava o número de “piques” (traços) correspondentes à sua posição na descendência filial (um para o primeiro, dois para o segundo e assim sucessivamente), podendo estes formarem cruces, estrelas, grades, etc. Santos Graça refere a curiosidade de ser o filho mais novo o herdeiro da sigla paterna, sem qualquer alteração, bem como aquele que toma o

lugar do pai no barco, quando a velhice já lhe impedia tal tarefa. Como explica o mesmo autor, esta situação era especialmente aplicável aos tripulantes das lanchas, uma vez que este era um trabalho fisicamente muito exigente. O raciocínio subjacente a esta transmissão geracional era o de que, à partida, o filho mais novo teria melhores condições para ser o “amparo” dos progenitores, uma vez que haveria mais possibilidades

de ainda estar solteiro, enquanto o mais velho poderia ter já uma família a seu cargo. A montagem deste código assenta, portanto, na referenciação familiar e, dentro desta, remete para o lugar que cada um ocupa na respetiva linhagem. Teoricamente, esta estrutura permite a construção da árvore genealógica, associando-se cada sigla à respetiva estirpe, conhecida na comunidade pela sua alcunha.



## A Sigla e a Alcunha

Sendo a sigla um elemento gráfico completamente alheio a um código alfabético, é preciso encontrar-lhe a chave que permita a sua leitura. A comunidade pis-

catória vai encontrar na alcunha de família esse elemento descodificador através do qual se faz a conversão para a linguagem verbal da “mensagem” encriptada

no grafismo. Alcunhas e siglas aparecem então como dois elementos articulados, funcionando como as duas faces de uma mesma moeda.



José Rodrigues Maio, o "Cego" do Maio. MMPV.F-569 / José da Silva Braga, o Tio "Zé Peroqueiro" - MMPV.F-37/ Manuel António Ferreira, o Patrão "Lagoa", MMPV.F-346.

A questão das alcunhas merece alguma reflexão adicional. Apesar de, normalmente, não constar na documentação oficial é ela que, no quotidiano, melhor particulariza cada indivíduo dentro da comunidade. Nesta matéria há a considerar vários planos. Desde logo cada pessoa é herdeira de, pelo menos, duas alcunhas (a paterna e a materna) e a escolha daquela que a identifica reflete em grande parte a projeção social de uma fação da família ou de um dos progenitores. Porém, essa referenciação ao agregado familiar não inibe o surgimento de apodos individuais, aspeto em que a comunidade se revela bastante ativa e criativa. Quando a nomeação de um qualquer

atributo físico, psicológico ou comportamental caía certa, aí estava a oportunidade de criar um novo epíteto.

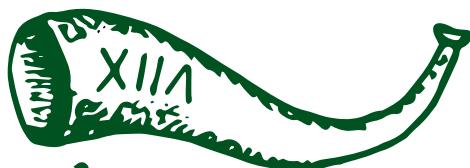
Um indivíduo pode então aparecer associado a várias alcunhas, mas a sigla mantém a sua conotação familiar. Com fórmulas de tratamento tão fluidas são perfeitamente possíveis casos em que um pescador usa a marca herdada do pai, mas seja conhecido pela alcunha da mulher ou da linha materna. Convém ainda realçar que este é um processo em construção ao longo da vida, e é perfeitamente aceitável que, por exemplo, um incidente ou o evoluir do contexto social do indivíduo leve ao aparecimento de um novo apodo individual que pode ou

não tornar-se o da família, havendo consciência das várias alternativas.

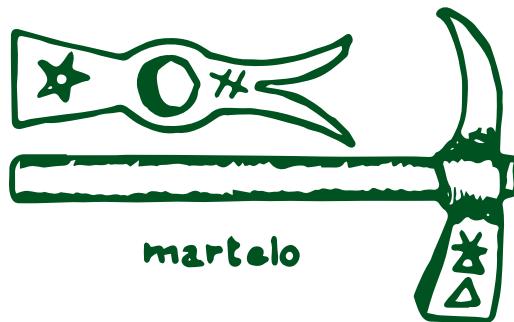
Tal como as siglas, as alcunhas são uma construção coletiva, e também nesta questão a classe piscatória revela pragmatismo, grande coesão e um profundo conhecimento das circunstâncias de vida de cada um dos seus membros. Considerando que os nomes e apelidos não eram eficazes, pois era normal a coexistência de várias pessoas com a mesma identificação oficial, e que, por outro lado, a agregação da alcunha familiar podia ser insuficiente, lançou mão a um sistema de referenciação extramente fluído e pleno de riqueza psicossocial e etnográfica.



caixa do rapé



corno - busina



martelo



muro - medida de malhas



agulha de rêde



bitola



balta



Ferro do monte

A. Santos Graça – Inscrições Tumulares por Siglas, 1942, p. 56.

## A Evolução do uso das siglas no Século XX

O sistema das siglas encontra a justificação para a sua existência na forma como estava estruturada a organização do trabalho. Conforme o já referido, cada família possuidora de bens de produção (redes e

barcos) sentia a necessidade de marcar os seus diversos equipamentos devido ao facto de os mesmos serem usados em espaços comunitários, como o areal ou as embarcações. Uma das questões centrais era a da

marcação dos aparelhos de pesca. Para a faina no mar cada pescador contribuía com as suas redes para formar a “caça” do barco pelo que, no regresso a terra, era necessário identificar os respetivos proprietários.

Neste contexto de trabalho é preciso, também, realçar as diferentes práticas de distribuição dos dividendos, havendo a considerar dois tipos de procedimentos. Nas artes da sardinha o rendimento era repartido pelos vários tripulantes em função do contributo para o esforço de pesca<sup>4</sup>. Nas artes da pescada e nas rascas, pelo contrário, o lucro do pescador correspondia somente aos espécimes capturados pelas suas redes. As mudanças que a partir dos primeiros anos do Século XX se fizeram sentir no mundo da pesca levaram a alterações neste sistema tradicional de organização do trabalho, facto que teve um forte impacto no uso das Siglas.

O investimento burguês nas “Artes Novas”<sup>5</sup> para a captura da sardinha, que se fez sentir a partir dos primeiros anos de 1900, elevou o porto de Leixões à posição de epicentro das pescarias no Norte, em detrimento do da Póvoa. Este contexto forçou uma adaptação nas artes artesanais dos poveiros. Considerando a posição concorrencial francamente desfavorável, os pescadores locais procuraram encontrar dentro da sua disponibilidade financeira uma forma de melhorar as suas capturas de sardinha. A solução passou pela adoção das redes denominadas “peças”, aparelhos em algodão com uma dimensão muito superior aos tradicionais “quinhões”, redes feitas pelos homens com o linho fiado pelas suas mulheres. Todavia, estas novas artes implicavam um investimento que estava fora do alcance de muitos dos pescadores. Foram os membros da comunidade com maior capacidade económica, sobretudo os mestres/donos dos barcos, os que tiveram a oportunidade de comprar as “peças”. A consequência foi a concentração de todos os meios de produção nas mãos dos proprietários das embarcações. Os tripulantes dos barcos da sardinha deixaram, assim, de contribuir com as suas redes para o esforço de pesca do barco.



Pescador com aprestos, saindo para a faina. 1900 – 1909 c. - Col. MMEHPV

Como esta era a principal captura dos poiveiros e a maioria dos pescadores eram somente possuidores de “quinhões”, com esta mudança, que se foi consubstanciando ao longo das primeiras décadas do século XX, estes homens - leia-se famílias - deixaram de ter necessidade de utilizar a sua sigla e a mesma foi caindo no esquecimento.

As práticas tradicionais ligadas às redes da pescada e às “rascas” conseguiram resistir até uma fase mais tardia. No caso destas artes foi o processo de motorização das embarcações de pesca na Póvoa o responsável pela mudança. Este foi um fenómeno que só se afirmou com solidez no final da década de 1950, repetindo-se então a mesma fórmula que funcionou para as artes da sardinha, isto é, a concentração dos meios de produção no mestre/dono do barco. Esta evolução leva à perda de função das siglas e à sua incorporação na cultura popular como uma herança de valor patrimonial.

<sup>4</sup>O produto obtido com a venda da sardinha era repartido entre os tripulantes em função do contributo de cada um para o esforço de pesca. As porções base para essa contabilidade eram designadas “partes” ou “quinhões”.

<sup>5</sup> “Artes novas” – fórmula utilizada para designar o conjunto de aparelhos de pesca da sardinha que fizeram a sua aparição no início do Século XX, como as “peças” (redes de emalhar); as armações fixas e as redes do cerco.



Pescadeira com aprestos, saindo para a faina. 1900 – 1909 c. - Col. MMEHPV

# Outras Marcas dos Poveiros

O mundo destes homens e mulheres do mar estava cheio de referência visuais onde, por vezes, se misturam aspetos pragmáticos e uma simbologia de carácter

**Balizas** - Em pleno oceano, para sinalizar as redes (da pescada e rascas) deixadas em alto mar durante um ou mais dias e, em simultâneo, transmitir às outras embarcações a identidade do seu proprietário, os poveiros colocavam ramos de loureiro segundo configurações pré-estabelecidas nas

mágico-religioso. Para além das siglas há ainda a considerar outros elementos aplicados em contextos mais concretos, nomeadamente para resolver problemas

boias de sustentação das redes, designadas “balizas”. Assim, a cada lanchara que frequentava a mesma zona de pesca correspondia uma forma única de organizar o arranjo de folhas. Tal como as siglas este era um código plenamente dominado pelos pescadores.

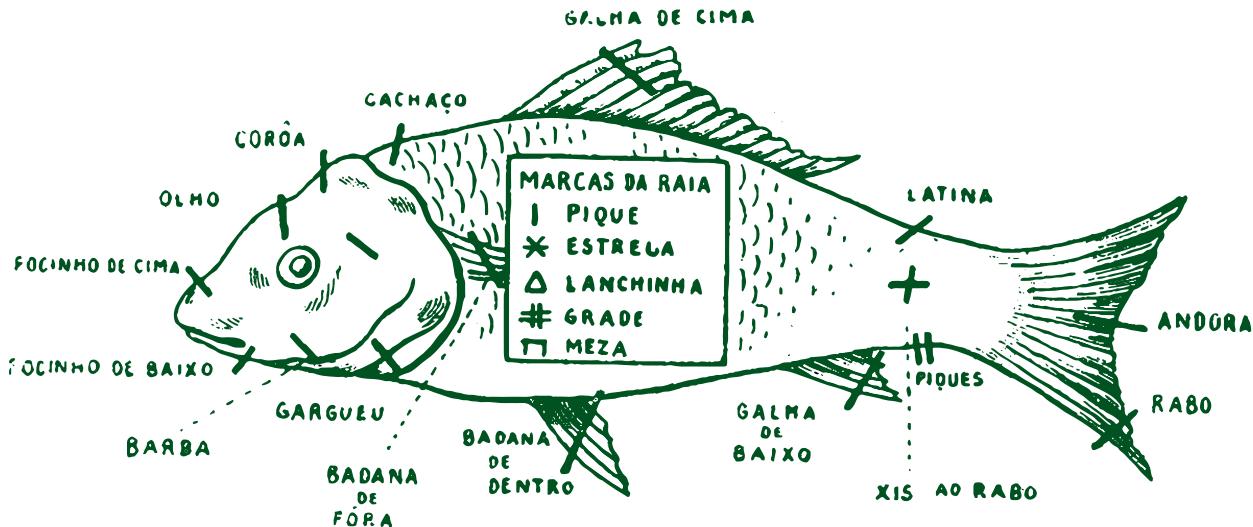
de reconhecimentos de propriedade durante a faina. Uma característica comum às várias soluções é a sua simplicidade e eficácia.



**Marcas de peixe** - No contexto da mesma companhia havia situações em que a cada pescador cabia o resultado das respetivas redes, como era o caso da pescada e outros peixes ditos “finos”, normalmente os capturados nas rascas. Considerando que

os aparelhos eram alados em conjunto e a safra obtida colocada no mesmo porão, tornava-se necessário identificar a captura de cada uma das redes. Para tal aplicavam a cada espécime um pequeno golpe, com orientação e localização

segundo um código estabelecido pela própria tripulação. Esta “marca de peixe” só se mantinha válida enquanto o pescador permanecesse nesse barco. A mudança para outra lanchara ou rasqueiro implicava um acordo com os novos companheiros.



**Divisas dos barcos** – Juntamente como o nome, as divisas eram utilizadas para formar a composição decorativa central da embarcação. Para além de marcar a propriedade cabia-lhes também um papel auxiliar no reconhecimento do barco aquando do regresso da faina. No entanto, a principal função das divisas era o de garantir o barco de uma “armadura” protetora de cariz mágico-religioso. Os “desenhos de

peixes, cruzeiros, cornetas, sanselhões, sarilhos, óculos, panais, aves, e a escada, lança, esponja, torquês, e coroa de espinhos (os chamados martírios do Senhor), pintados à proa e à ré, ficando ao centro o nome”<sup>6</sup> invocam a defesa das forças sobrenaturais contra todos os males, numa “mistura do sagrado, do profano e do mágico que reflete fielmente a estrutura mental-emocional dos poveiros”<sup>7</sup>. Mesmo quando a laicização

leva ao desaparecimento dos santos-patro- nos no nome dos barcos, não é dispensada a presença das divisas, mantendo-se o simbolismo subjacente. Às divisas cabe assim um papel distinto do das siglas, sendo as duas usadas em simultâneo, mas em planos diferentes.

<sup>6</sup> António dos Santos Graça, “O Poveiro”, 1932, p. 42-47

<sup>7</sup> Octávio Lixa Filgueira, “O Barco Poveiro”, 1995, p. 92





Divisas de embarcações Antigas / Divisas de embarcações Modernas. António Santos Graça – O Poveiro. 1932, p. 43, 44.



Barco poveiro da família Manazé, a operar no Rio de Janeiro, década de 1930



Uso da marca (pau de varar) e da divisa (barco). Octávio Lixa Filgueiras – O Barco Poveiro.

## Ficha Técnica

**Textos** - Maria Jesus Leites Rodrigues

**Fotografia** - José Flores Gomes; Deolinda Carneiro

**Composição e Design Gráfico** - Gabinete de Relações Públicas. Município da Póvoa de Varzim

### **Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim / Solar dos Carneiros**

**Endereço** - Rua Visconde de Azevedo, n.º 17. 4490 – 589 Póvoa de Varzim.

**T.** - 252 090 002 | **E.** - [museu@cm-pvarzim.pt](mailto:museu@cm-pvarzim.pt)

Marcação de Visitas guiadas ao Museu, Cividade de Terroso e Igreja Românica de S. Pedro de Rates mediante marcação prévia no Museu

**Horário** - Terças-feiras a domingo, 9h30 - 12h30 / 13h30 - 17h00. Encerrado nos feriados